

ASPECTOS DA MEMÓRIA RELATIVOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO CATARINENSE: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES

Geórgia Ramos de Medeiros dos Santos

Judite Sanson de Bem

Introdução

O presente artigo científico tem por objetivo a participação no Jornadas Mercosul, pois estou matriculada no Curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle de Araranguá (SC).

As memórias são ativadas pelos mais distintos gatilhos, seja um cheiro característico, um ambiente familiar, um som peculiar, uma paisagem agradável... nossos sentimentos são aflorados e nos fazem lembrar momentos inesquecíveis.

Partindo desta temática, e aproveitando que uma das funções exercidas por mim na Escola de Educação Básica Castro Alves, pertencente a rede estadual de ensino, localizada no centro de Araranguá, é a gestão da alimentação escolar; utilizarei tal situação para desenvolver minha pesquisa de mestrado, a partir da seguinte problemática: porque somente 25% dos alunos da Escola de Educação Básica Castro Alves utilizam a alimentação escolar ofertada gratuitamente pelo estado?

Desta maneira aliada ao corpo técnico e a realidade pesquisada, pretende-se atender ao objetivo geral: Identificar quais são as políticas que embasam a oferta da alimentação escolar no estado de Santa Catarina a partir de 2015. Tem como propósito deste estudo os seguintes objetivos específicos: analisar a evolução das políticas públicas e federais dos últimos 10 anos quanto a alimentação escolar. Verificar se a alimentação escolar oferecida pelo estado Santa Catarina contempla a cultura alimentar do corpo discente da escola de Educação Básica Castro Alves. Diferenciar entre os alunos da Escola de Educação Básica Castro Alves os motivos da resistência ou não de fazerem uso da alimentação oferecida e apresentar uma cartilha demonstrando os aspectos nutricionais desta alimentação e sua importância na formação diária.

Neste trabalho apresentaremos a metodologia do artigo seguido de uma breve contextualização do local/instituição, que será a Escola Castro Alves, e posteriormente uma breve análise das políticas públicas em relação a alimentação escolar, posteriormente uma análise do gerenciamento da alimentação.

A metodologia apresentada para a pesquisa é descritiva com uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa será descritiva. Quanto aos procedimentos a investigação é de natureza bibliográfica, foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Os dados foram obtidos junto ao site da Secretaria de Estado da Educação (SED) em Santa Catarina e no site do Planalto.

A Escola de Educação Básica Castro existe desde 1945, sempre no mesmo endereço (Avenida XV de Novembro, 1645), porém tendo passado por inúmeras transformações no controle alimentar, visando sempre contemplar seus alunos com a distribuição de uma alimentação de qualidade e gratuita.

Contextualização do local/instituição

A instituição escolhida para o desenvolvimento do presente trabalho foi a Escola de Educação Básica Castro Alves, localizada na Avenida XV de novembro, 1645, esquina com a Rua Caetano Lummertz, centro de Araranguá/SC.

A escola em questão atende crianças de sete a dezesseis anos, que cursam do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, valendo-se de um espaço físico de 10.200m², sendo 4.552m² cobertos, pertencentes a rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Atualmente a escola conta com 902 (novecentos e dois) alunos matriculados, distribuídos tanto no período matutino como no vespertino, necessitando de um corpo docente composto por 18 (dezoito) professores efetivos, 54 (cinquenta e quatro) professores admitidos por caráter temporário - ACT, 09 (nove) funcionárias efetivas para realização do serviço administrativo escolar (03 secretárias, 03 Assistentes técnico pedagógicas, 01 administradora escolar, 01 orientadora educacional e 01 professora readaptada que atua na sala de xerox), 02 funcionárias que atuam na gestão escolar (diretora e assistente de direção – que são professoras efetivas da escola), 08 funcionários terceirizados para realização dos serviços gerais e 02 funcionárias terceirizadas que atuam como cozinheiras na alimentação escolar.

A escolha desta escola para a realização deste trabalho acadêmico, parte do princípio que atuo como administradora escolar no educandário desde 2018, tendo como uma das funções profissionais principais o gerenciamento da alimentação escolar e fiscalização da atuação da empresa terceirizada responsável pela alimentação na escola.

Ressalta-se que a alimentação oferecida aos alunos é gratuita e administrada por empresa terceirizada nomeada Risotolândia.

A Escola de Educação Básica Castro Alves foi inaugurada no dia 11 de agosto de 1945 pelo Interventor Federal Nereu Ramos, porém, os esforços da sociedade organizada da cidade de Araranguá para a implantação do grupo escolar datam de 1923, quando a administração municipal e o governo estadual firmaram o primeiro compromisso para a criação de um Grupo Escolar que seria construído na avenida XV de Novembro, em área pertencente ao município.

O padre Paulo Hobold, escreveu no seu livro “A história de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930” publicado em Porto Alegre pela editora Palmarinca/EST, no ano de 1994, que até o ano de 1925, funcionou na sede do município a Escola Reunida “Professor David Amaral”, onde as professoras Flóscula Queiroz Santos e Eulina Gouveia Marcelino foram diretoras. Posteriormente, o Grupo Escolar Castro Alves sucedeu a referida escola.

A Escola Reunida “Professor David Amaral” funcionava na Avenida Getúlio Vargas, 529, centro de Araranguá, onde atualmente está localizado o Colégio Estadual de Araranguá, o qual ficou conhecido como “grupo velho”, após a inauguração do Grupo Escolar Castro Alves. Anexo ao educandário funcionava o Curso Normal Regional “Professora Virgínia Borges Coral”, este curso funcionou até 1966.

Não obstante, vale enfatizar que o Grupo Escolar Castro Alves foi criado no dia 12 de julho de 1944, por meio do Decreto nº 3.014 do ano de 1945, publicado em diário oficial, onde a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, autorizou o funcionamento da escola. (E.E.B. CASTRO ALVES, [19--]).

O primeiro diretor da escola Castro Alves em Araranguá foi o Sr. Eugênio Marchetti. Anos depois assumiu a direção o Sr. Otávio Munir Bach. Atualmente a escola é dirigida pela Sra. Márcia Cardoso Machado Martins.

A atual equipe gestora proporciona uma diversidade de atividades para a comunidade escolar, as quais contribuem significativamente para a valorização das memórias do corpo discente e docente, entre as principais atividades destaca-se: Aniversário da escola; Dia do estudante; Noite das diferenças; Festival de Primavera; Desfile cívico, em 07 de setembro, com a participação da Fanfarra Silvia Hubbe Pereira; Inter salas; Festa Junina; Semana da Criança; Formaturas dos nonos anos; Eleições de Grêmio Estudantil; Eleições do Conselho Deliberativo Escolar; Eleições da Associação de Pais e Professores (APP); Gincanas Culturais; Abraço APAE; Passeios Ciclísticos; Desfile Outubro Rosa; Festival de Danças de Santa Catarina; Passeios interdisciplinares; Projetos pedagógicos sobre diversos assuntos, referentes ao ensino aprendizagem, relacionado com a comunidade escolar, entre muitos outros aspectos culturais, sociais e educacionais que nossa escola está sempre participando.

Atualmente a escola de Educação Básica Castro Alves possui ilibada reputação perante a população de Araranguá, o que a faz ser extremamente procurada para a matrícula de alunos, durante todo o ano.

Políticas públicas da alimentação escolar em Santa Catarina

A alimentação escolar no Estado de Santa Catarina é realizada por empresas terceirizadas ou por autogestão, o que possibilita que os alunos sejam nutridos de acordo com suas necessidades e particularidades, com uma alimentação saudável e equilibrada, respeitando as características de cada região.

Ressalta-se que a Alimentação Escolar, no Estado de Santa Catarina, está em concordância com a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (2004), com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é conhecido entre os profissionais da educação e os alunos como “merenda escolar”, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como toda legislação vigente.

O FNDE tem por finalidade realizar a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

Diz-se que supre parcialmente as necessidades nutricionais, pois, as nutricionistas responsáveis pela alimentação escolar dos alunos da rede estadual de ensino, preocupam-se com a nutrição dos mesmos nos períodos em que estão sob a tutela do estado no ambiente escolar, sendo que o complemento nutricional é feito pelos pais em ambiente residencial.

O PNAE está previsto na lei nº 11.947/2009, que considera alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

A Alimentação Escolar tem o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), respeitando as escolhas e perspectivas individuais de alimentação. Por isso, existe uma variedade de alimentos, os quais são selecionados e preparados para possibilitar tanto a satisfação das necessidades nutricionais dos alunos no período em que estão na escola, quanto para permitir que cada um exerça seu direito de escolha sobre o que lhe é ofertado.

A Alimentação Escolar é um direito de todos os escolares que frequentam a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). A efetivação desse direito se dá pelo emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as

tradições e os hábitos alimentares, contribuam para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica! (Cartilha da Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Elaborada pela Gerência de Alimentação Escolar – GEALI/SED, Florianópolis, 2021).

A responsabilidade técnica pela alimentação escolar no Estado de Santa Catarina, cabe ao nutricionista responsável, e cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE), conta com pelo menos um nutricionista, que deverá respeitar as diretrizes previstas na Lei 11.904/2009 e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas, e das particularidades de cada região.

Há de se levar em conta que existe uma grande preocupação com a transparência do processo perante à comunidade, por isso, na lei do PNAE existe a previsão para criação dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, para justamente fiscalizarem o correto emprego da alimentação nas escolas e sucesso do programa.

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:
[...]

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. (Lei 11.947/2009).

Cada escola dispõe de ambiente específico para a distribuição da alimentação escolar, visando além da qualidade nutricional dos alimentos, que estejam aptos para o consumo dos escolares, fornecendo alimentos livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos, utilizando um rigoroso controle higiênico-sanitário desde a seleção da matéria prima, passando pelo transporte, armazenamento, pré-preparo, preparo e distribuição das refeições aos alunos.

Análise a partir da perspectiva da escola Castro Alves

Assim sendo, as práticas e acervos que visam potencializar a memória organizacional de minha pesquisa, que tem como tema a alimentação escolar dentro da escola Castro Alves, encontra-se organizadas e documentadas dentro do site da Secretaria de Educação de Santa Catarina, mais precisamente no menu alimentação escolar, onde neste tópico encontraremos os cardápios mensais por faixa etária e com restrições alimentares, leis e manuais explicativos de como funcionam a organização da distribuição da alimentação. Outros arquivos e documentos como consumo mensal, per capita dos alimentos utilizados nas refeições, patrimônio escolar e laudos médicos de alunos com restrições são arquivados mensalmente na escola.

A alimentação em nossa escola é feita pela empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, a qual atua mediante contrato licitatório sob o número 51/2021 firmado com a Secretaria de Estado da Educação.

A empresa terceirizada, disponibiliza duas cozinheiras para atuarem diretamente na escola Castro Alves, além de utilizar duas nutricionistas para instrução das cozinheiras e se relacionar com a escola, para solucionar as queixas e buscarem melhores resultados após exigências formalizadas pela gestão. Enquanto em nossa coordenadoria contamos com três nutricionistas que nos orientam quanto as fiscalizações e exigências que devem ser cobradas da empresa. Toda esta organização é formalizada por meio de um contrato, onde foi especificado os deveres e obrigações das partes. A alimentação é contabilizada por aplicativo específico intitulado CEIAS para contagem das refeições instalado em dois tablets, onde é inserido a per capita dos alimentos utilizados no dia e por meio de carteirinhas individuais com qr-code, os alunos fazem jus a duas refeições em seu turno escolar. Todo este registro é transferido e arquivado no sistema SISGESC (Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina), onde é possível visualizar a quantidade de alimentos e o número de refeições diárias da escola, para que no final do mês possa ser impresso relatório do consumo mensal e a empresa possa ser remunerada.

A organização desta distribuição da alimentação, após reformulações e devido a pandemia é feita em dois períodos ondem as séries iniciais se alimentam primeiro e depois as séries finais, manteve-se este sistema pois antes todos utilizam o refeitório juntos, acabando por tornar o recreio mais turbulento e estressante para os alunos, pois as filas eram exageradas e o refeitório era muito barulhento pela quantidade de pessoas, pois além dos que optam pela alimentação da escola é dividido o espaço com os que trazem o lanche de casa. Também optamos por colocar as mesas agrupadas em trios, antigamente quando eram agrupadas em maior quantidade a desordem era maior. E para evitar que alguns alunos furassem as filas e se alimentassem sem passar a carteirinha foi estreitado a passagem dos mesmos pelo tablet, aumentando a eficiência e fiscalização na distribuição da refeição afim de implementar uma cultura pelo respeito as regras e a ordem dentro do refeitório.

Considerações finais

Todas as políticas públicas voltadas para a alimentação escolar da rede estadual de ensino de Santa Catarina já caminham na direção de ofertar, aos escolares, qualidade de vida e desenvolvimento nutricional; respeitando as particularidades de cada região do estado e de cada aluno.

A partir deste panorama farei a pesquisa de mestrado, que terá como foco a valorização da alimentação escolar em busca de ações que valorizem a educação nutricional, e que possam contribuir para uma mudança significativa na cultura escolar instaurada, em busca de hábitos alimentares saudáveis.

Referências

BRASIL. Congresso. Senado Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 3, 2013.

CASTRO ALVES. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/CastroAlves/>> Acesso em: 21 julho 2022.

E. E. B. CASTRO ALVES. [PPP]. Araranguá, [19--].

HOBOLD, P. **A história de Araranguá**: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca /EST, 1994.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Ambiguity and choice in organizations**. Oslo: Ed. Universitetsforlaget, 1976.

MENEZES, E. M. **Estruturação da memória organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas**: um estudo de caso da Conab. Brasília: UCB, 2006, p. 31.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Portal do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/dadosabertos/organization/about/pnae>>. Acesso em: 31 maio 2021.

STEIN, E. E. Organizational Memory: Review of Concepts and Recommendations for Management. **International Journal of Information Management**. v. 15, n. 2, p. 17-32, 1995.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational Memory. **In Academy of Management Review**. New York: v. 16, nº 1, p. 57-91. January 1991.